

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
JUCÉLIO ALVES

LETRAMENTO: MAPEAMENTO DO DEBATE E DOS SUJEITOS DO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE - PROEJA - FIC

Araranguá

2011

JUCÉLIO ALVES

**LETRAMENTO: MAPEAMENTO DO DEBATE E DOS SUJEITOS DO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE - PROEJA - FIC**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em PROEJA, do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos).

Orientador: Me. Rosabel Bertolin Daniel

Araranguá

2011

Quando chega a época em que a sociedade exige do indivíduo que acrescente à habilidade da fala a de ler e escrever, existe uma forte motivação para fazer isso, pois a criança geralmente descobre bem

cedo que as pessoas iletradas são relegadas a fazer parte de um grupo desfavorecido dentro da sociedade.

M. A. K. Halliday

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que, apesar das poucas oportunidades que tiveram, me ensinaram que o estudo é o maior patrimônio que uma pessoa pode ter.

Agradeço aos professores, por compartilharem comigo seus conhecimentos, permitindo meu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional.

Agradeço aos amigos, companhias constantes e essenciais para manter-me motivado.

Agradeço, principalmente, a Deus, por mostrar-me que os limites só existem quando nós mesmos os criamos.

LETRAMENTO: MAPEAMENTO DO DEBATE E DOS SUJEITOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE - PROEJA - FIC

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido com foco no sistema de letramento dentro da educação de jovens e adultos que cursam o PROEJA-FIC no IFSC-Araranguá e que procuram uma forma de ampliar seus conhecimentos. Enquanto a alfabetização é um processo que visa ensinar a pessoa a ler e escrever, o letramento tem o intuito principal de ensinar a pessoa a compreender, interpretar, questionar e criticar o texto que está sendo lido.

Visando identificar o perfil dos indivíduos, procedeu-se da aplicação de questionários com 08 (oito) alunos participantes do PROEJA-FIC, sem que os mesmos fossem identificados. Após a aplicação do questionário, as informações obtidas foram tabuladas em gráficos, analisadas e comparadas à base teórica do presente trabalho, de modo a identificar o grau de precisão dos dados obtidos.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica descritiva, quali-quantitativa, que teve como principais referenciais teóricos autores como Di Pierro, Freire, Kato, Kleiman, Ribeiro e Tfouni. Para estes estudiosos, o tratamento dado a esses alunos precisa ser diferenciado, adaptando-se a suas necessidades educacionais e profissionais, considerando a experiência de vida de cada um. As sugestões e considerações finais foram elaboradas com o intuito de apontar para a necessidade de aprofundamento das pesquisas neste campo de estudo.

Palavras-chave: Educação. Letramento. PROEJA-FIC.

LITERACY: MAPPING OF THE DEBATE AND THE SUBJECT OF PROFESSIONAL -PROEJA-FIC

ABSTRACT

The present paper work of course conclusion was developed with focus on the literacy system within the education of young and adult people who attend the PROEJA-FIC in IFSC-Araranguá and seeking a way to expand their knowledge.

While alphabetization is a process that aims to teach the person how to read and write, the literacy has the main aim to teach the person how to understand, interpret, questioning and criticizing the text behind read.

In order to identify the profile of individuals, the application of questionnaires with 08 (eight) participating students of the PROEJA-FIC, without which they being identified.

For that, is was used descriptive bibliographic research, quali-quantitative method, that had as main theory references authors as Di Pierro, Freire, Kato, Kleiman, Ribeiro and Tfouni.

To those illiterate authors, the treatment given to those students needs to be differentiated, adapting to their educational and professional needs, considering each one's life experience.

The suggestions and considerations where established with the aim to point to the need of deep the research in this field

After the application of the questionnaire, the information obtained were tabulated in graphics, analysed and compared to the theoretical basis of this work, in order to identify the degree of accuracy of data obtained. For both, use descriptive bibliographic search.

Keywords: Education. Literacy. PROEJA-FIC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Evolução do indicador de Alfabetismo.....	26
Ilustração 2 – Analfabetos Funcionais por Região.....	30
Ilustração 3 – Mapa de localização.....	34
Ilustração 4 – IFSC.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Geral.....	13
1.1.2 Específicos.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA.....	13
1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES.....	15
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	16
2.2.1 Evasão escolar no Brasil.....	20
2.2.2 Evolução do processo de Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil.....	21
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA.....	24
2.4 HISTÓRIA DA ESCRITA.....	26
2.4.1 O analfabetismo no Brasil.....	28
2.4.2 Analfabetismo no estado de Santa Catarina.....	31
2.4.3 Analfabetismo funcional.....	32
2.4.4 Letramento: conceito e evolução.....	35
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	38
3.1 UNIDADE DE ANÁLISE.....	38
3.2 NATUREZA DA PESQUISA.....	39
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	40
3.4 PESQUISA DE CAMPO.....	41
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
5 SUGESTÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE 1 – PESQUISA COM JOVENS E ADULTOS – PROEJA – FIC (IFSC – ARARANGUÁ).....	54

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com foco no sistema de letramento dentro da educação de jovens e adultos dos alunos que cursam o PROEJA – FIC no IFSC – Araranguá e tem por objetivo colaborar na construção de ideias acerca do termo letramento e na reflexão sobre as questões sociais que envolvem o cidadão diante de uma sociedade grafocêntrica.

Os estudos sobre letramento desenvolvidos no Brasil ainda são muito recentes e se tornam cada vez mais uma vertente teórica de grande importância para os estudiosos que buscam ampliar suas pesquisas sobre a alfabetização e letramento.

Sabendo da importância do conceito de letramento e visando identificar o perfil dos indivíduos do PROEJA – FIC do IFSC de Araranguá, procedeu-se da aplicação de um questionário com 10 perguntas, com 08 (oito) alunos, sem que os mesmos fossem identificados.

Em geral, jovens e adultos retornam à unidade escolar em busca de novos conhecimentos, aprimorando-se no ato de ler e escrever, além de melhorar suas habilidades de ação e reflexão.

O que ocorre é que, apesar de existir programas de alfabetização que conseguem aproximar esses jovens e adultos de seus objetivos de ler e escrever, o país tem criado um alto número de analfabetos funcionais, pessoas capazes de ler e escrever, porém com habilidades reduzidas em matemática, de interpretação, raciocínio e lógica.

Para alfabetizar crianças, jovens e adultos, e permitir seu desenvolvimento real e amplo, é preciso incorporar à educação brasileira o conceito de letramento dos indivíduos. Não basta conhecer letras, sílabas e palavras, é preciso que o educando possa utilizar os conhecimentos adquiridos para criar textos ou ainda, para que possa lê-los e desenvolver sua opinião, conceitos e pontos de vista.

A alfabetização, quando realizada em conjunto com o letramento, tem a possibilidade de criar profissionais e pessoas inteligentes, com um bom nível cultural e senso crítico, fatores que, agrupados, podem criar oportunidades e melhorar a qualidade de vida individual e social.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Identificar as possíveis transformações sociais e culturais, bem como a relevância do letramento no processo ensino/aprendizagem de educandos do PROEJA-FIC de 2011.

1.1.2 Específicos

- a) Identificar o perfil dos indivíduos que buscam o desenvolvimento e a evolução dos processos de alfabetização e letramento no PROEJA - FIC;
- b) destacar as diferenças entre o processo de alfabetização e de letramento dos indivíduos;
- c) descrever as leis federais que garantem ensino e educação de qualidade para todos; e
- d) demonstrar as possíveis mudanças na educação de jovens e adultos trazidas pelo PROEJA – FIC.

1.2 JUSTIFICATIVA

Vem crescendo recentemente no Brasil o reconhecimento de que há muitas formas de aprendizagem que têm melhores condições de se realizar fora da escola regular. As empresas têm assumido a tarefa de qualificação profissional já que, no ritmo em que as mudanças tecnológicas ocorrem, dificilmente haveria tempo hábil para que os novos conhecimentos requeridos fossem assimilados aos currículos escolares.

Por outro lado, cada vez mais se espera que as unidades de ensino possam garantir a aquisição de habilidades e atitudes que tornem o educando apto para aprender continuamente e de forma autônoma. Na ideologia de educação continuada, portanto, está também implícito o princípio de que deve haver complementaridade entre os diversos universos educativos.

As zonas de interseção e interdependência entre a educação formal e não formal tornam-se mais visíveis não só no que se refere à qualidade profissional, mas também a outros âmbitos da vivência que sofrem impactos da modernização, como o lazer, a cultura, o convívio familiar, social e comunitário (FREIRE, 1994).

Além disso, é preciso responder ao problema de pesquisa estabelecido: de que forma o letramento pode contribuir para o avanço e o impacto na vida pessoal, profissional, social e cultural dos educandos do PROEJA?

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Para facilitar a elaboração, desenvolvimento e compreensão do presente trabalho, o mesmo foi dividido em capítulos sendo que o primeiro capítulo oferece uma abordagem geral sobre o assunto.

O segundo capítulo traz um referencial teórico detalhado quanto Lei de Diretrizes e Bases, educação de jovens e adultos, alfabetização, analfabetismo, evasão escolar, história da escrita, números do analfabetismo funcional no Brasil e no estado de Santa Catarina e o letramento.

O terceiro capítulo aborda a metodologia de pesquisa e coleta de dados estabelecida para o melhor resultado do presente.

O quarto capítulo oferece uma análise detalhada, bem como a discussão dos dados obtidos através da pesquisa de campo.

O quinto capítulo oferece as considerações e sugestões finais.

Por fim, estão disponíveis os apêndices com formulários de entrevista aplicada com os alunos e as referências bibliográficas utilizadas no presente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 também chamada de Lei de Diretrizes e Bases - LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e serve como um guia para instituições de ensino, educadores e educandos que, por meio da LDB, reconhecem seus direitos e deveres.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, LDB, 1996)

Segundo a LDB, educar não é dever exclusivo da escola, família e Estado também são responsáveis pela educação dos cidadãos.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LDB, 1996)

É de grande importância citar ainda que a Lei assegura o direito à educação por todos os brasileiros, mesmo que seja fora da idade padrão ou que exista alguma necessidade especial por parte do educando.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, LDB, 1996).

A lei de Diretrizes e bases é uma ferramenta de igualdade e justiça, para que a educação brasileira possa alcançar patamares de acesso e qualificação mais elevados, permitindo um desenvolvimento pleno das capacidades e habilidades dos educandos, tornando-se um agente de estímulo ao cumprimento do que estabelece a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 5º.

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Educar é também dar oportunidades iguais aos indivíduos, independentemente das diferenças existentes entre eles. Oferecer educação à jovens e adultos é permitir que estes, apesar do tempo passado fora das escolas, tenham oportunidades semelhantes as oportunidades daqueles que tiveram chance de frequentar o ensino regular.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p. 16).

A educação de jovens de adultos é um processo necessário para a existência de melhores condições de vida para os cidadãos e permite que estas pessoas sintam-se e sejam mais respeitadas e menos excluídas, por si mesmas e pela sociedade.

A educação que se impões aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos[...] Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p. 67).

Di Pierro (2008), realizou uma análise da EJA na América Latina e no Caribe, utilizando-se de uma visão compensatória, restrita à recuperação de estudos formais.

Nesse sentido, a Tabela 1 demonstra números absolutos, sendo que jovens com 15 anos ou mais foram considerados os sujeitos prioritários da EJA.

A ampliação das exigências sociais de conhecimento, em paralelo ao alargamento do conceito de alfabetização, conduziu por sua vez à inclusão entre os destinatários da EPJA dos jovens e adultos com escolaridade reduzida e de baixa qualidade que, em virtude da transição demográfica e dos insucessos dos sistemas de ensino, configuraram um contingente extremamente numeroso. (DI PIERRO, 2008, p. 373).

TABELA I
ANALFABETISMO E EDUCAÇÃO PRIMÁRIA INCOMPLETA
NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

Países	Analfabetismo em 2000 ^(*)		Primária Incompleta 2000-2005 ^(**)	
	Analfabetos	%	%	Ano
Uruguai	61.000	2	13,1 **	2005
Argentina	845.600	3	11,7 ***	2005
Cuba	292.800	3		
Costa Rica	120.600	4	25,3	2000
Chile	460.100	4	19	2003
Colômbia	2.377.600	8		
Venezuela	1.186.900	7		
Panamá	159.100	8		
Paraguai	223.300	7	35	2000
Ecuador	705.100	8	21,3	2001
México	5.836.600	9	25,9	2004
Brasil	15.892.900	13	45	2002
Peru	1.719.600	10	25,8	2000
Bolívia	732.400	15	40,3	2002
República Dominicana	911.500	16		
Honduras	944.600	25	45,2	2001
El Salvador	859.000	21	60,2	2003
Nicarágua	973.600	34	48,8	2001
Guatemala	2.016.900	31	61,2	2001
Haiti	2.506.700	50		
Região	39.073.300	11		

Fonte: Di Pierro, 2008, p. 373

Ireland (2009) afirma que o processo de educação é composto por três dimensões, a individual, a profissional e a social.

A educação individual considera a pessoa um ser incompleto, porém, com capacidade de se desenvolver através da aprendizagem sobre si mesmo e sobre o mundo. A educação profissional compreende a necessidade das pessoas de se atualizar em sua profissão.

Por fim, a educação social, caracterizada por capacitar o indivíduo a viver em grupo, considera que para um cidadão ser ativo e participativo, ele necessita de informações que lhe permitam avaliar criticamente o que acontece. (IRELAND, 2009).

Segundo a Unesco (2010) “A alfabetização é um direito humano, uma ferramenta de empoderamento pessoal e um meio para o desenvolvimento social e humano”.

Além de ser uma ferramenta de inclusão e igualdade, a educação, iniciada através do ato de ler e escrever, é um direito assegurado a todos os indivíduos, sem distinção de idade.

A alfabetização e educação consistem assim, direitos garantidos por lei de todos os cidadãos, contudo, nem todo tiveram ou têm acesso a seu direito.

Todavia, é preciso que a Educação de Jovens e Adultos seja vista de modo mais amplo, não somente como uma ação ligada ao ato de ensinar o indivíduo a ler e escrever, como se alfabetizar fosse o suficiente para educar.

É necessário superar a idéia de que a EJA se esgota na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade. É também necessário superar a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem à simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, reduzindo o problema a uma mera exposição de números e indicadores descritivos. Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional (ARBACHE, 2001, p. 22).

Neste sentido, Freire (1994, p. 15) demonstra a dificuldade de garantir esses direitos e a importância do sistema de educação de jovens e adultos afirmando:

Mas como realizar esta educação? Como proporcionar ao homem meios de superar suas atitudes, mágicas ou ingênuas, diante de sua realidade? Como ajudá-lo a criar, se analfabeto, sua montagem de sinais gráficos? Como ajudá-lo a inserir-se? A resposta nos parecia estar: a) num método ativo, dialogal, crítico e criticizador, b) na modificação do conteúdo programático da educação, c) no uso de técnicas...Somente um método ativo, dialogal, participante, poderia fazê-lo.

O processo de educação de jovens e adultos permite as instituições formar a consciência dos educandos de sua importância no desenvolvimento da sociedade, cultura, política e economia do país.

Para os educandos, ter acesso à educação, mesmo que fora da idade considerada normal para cada etapa do processo educacional, é ter a oportunidade de desenvolver-se, adquirir conhecimentos e cultura e, muito provavelmente, melhorar suas perspectivas de futuro.

Freire (1971, p. 120) afirma que: "... a alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem para que se alfabetizem".

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

O educador tem um papel fundamental no processo de educação de jovens e adultos, pois é ele que faz a conexão entre o conhecimento e os cidadãos, e serve como um mediador, uma pessoa que facilita o acesso as informações, não como possuidor das mesmas.

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". (FREIRE, 1987, p. 13).

A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente (ARBACHE, 2001, p. 19).

De acordo com Freire (2002, p. 58) a relação professor-aluno:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Sendo assim, o educador não deve considerar-se detentor absoluto do conhecimento, deve sim considerar-se um elo entre educação e educando.

2.2.1 Evasão escolar no Brasil

Quando o aluno deixa de frequentar a sala de aula ocorre a evasão escolar. Segundo dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - de cada 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, somente 5 concluem o [ensino fundamental](#), a 8ª série (INEP, 2007).

Além disso, o INEP identificou que em 2007, 4,8% (aproximadamente 1,5 milhão) de todos alunos matriculados nas séries fundamentais do ensino, do 1º ao 9º anos, abandonaram a escola.

As causas da evasão escolar são variadas, sendo as mais comuns: condições econômicas, financeiras, culturais, e geográfica, além de dificuldades de aprendizagem e baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas.

De acordo com a pesquisa realizada por Neri (2010) em conjunto com a FGV – Fundação Getúlio Vargas, evasão escolar e pobreza são ocorrências intimamente ligadas. Além disso, o trabalho infantil afeta diretamente o nível educacional no país.

Os principais motivos elencados pela pesquisa para a evasão escolar são: escola distante do local onde o aluno mora, falta de transporte escolar, falta de um adulto para acompanhar até a escola, falta de interesse, necessidade de trabalhar, falta de tempo e outras dificuldades dos alunos. (NERI, 2010).

De acordo com Ferreira (2011, p. 02) as principais causas da evasão escolar podem ser agrupadas como:

Escola : não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.

Aluno : desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.

Pais/responsáveis : não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.

Social : trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

Certamente as listagens de motivos de Ferreira (2011), de Neri (2010) ou do INEP (2007) não são exaustivas, já que o indivíduo pode ser levado por um ou vários motivos a para de estudar, não sendo possível afirmar que um fator isoladamente tem maior ou menor responsabilidade pela evasão escolar.

2.2.2 Evolução do processo de Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil

A preocupação com a população que não teve acesso ou não pôde dar continuidade aos estudos na idade considerada normal já vem de longa data.

Suzuki (2009) declara que para que se possa ter noção de como a Educação de Jovens e Adultos - EJA, desenvolveu-se no Brasil, é preciso conhecer as quatro décadas passadas, atentando para a ação do Estado no campo da EJA.

Para o autor os pontos principais são: “Fundação Mobral (1967 – 1985), da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar (1986 – 1990) e do Programa Brasil Alfabetizado (2003 – atual)” (SUZUKI, 2009, p. 16).

De acordo com Neves (2003) o processo precisa ser analisado em períodos ainda mais antigos. Segundo o autor, surge em 1840 o ensino de primeiras letras a adultos nos cursos de ensino profissionalizante, oferecidos pelo Arsenal de Guerra do Recife. Em 1869, visando melhorar o processo de escolarização e alfabetização foram criadas escolas noturnas, além de escolas temporárias e ambulantes.

A Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934, promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte também demonstrava a preocupação em oferecer educação para jovens e adultos.

De acordo com o próprio texto, a Constituição de 1934 buscava “organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico.” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934).

Apesar de ter uma curta duração, a constituição de 1934 já demonstrava a preocupação do poder público em oferecer ao cidadão o direito de educação e cultura.

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934).

Em 1942 foi promulgada a Lei 8.529, a Lei Orgânica do Ensino Primário, com intuito de organizar o ensino primário no país.

Art. 1º O ensino primário tem as seguintes finalidades:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. (BRASIL, LEI Nº. 8.529 DE 2 DE JANEIRO DE 1946).

Esta lei define as categorias do ensino primário e assegura o direito de acesso aos cursos supletivos para jovens e adultos.

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar e o complementar.

Art. 4º O ensino primário supletivo terá um só curso, o supletivo. (BRASIL, LEI 8.529 DE 02 DE JANEIRO DE 1946).

Em 1947 surge a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, promovida pelo MEC. As estratégias da campanha eram planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade).

Além da alfabetizar, a campanha buscava aprofundar o trabalho educativo, abrangendo tanto o meio rural quanto urbano. (VIEIRA, 2004).

Apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (VIEIRA, 2004, p. 19-20).

Em 1958 foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que visava assegurar a educação popular em geral e evitar que projetos deste tipo fracassassem como já havia ocorrido anteriormente.

A Campanha surgiu exatamente no momento em que se iniciava, no país, uma nova etapa de educação de adultos: ao reconhecer a ineficácia das campanhas anteriores, os educadores mobilizaram-se em busca de novas soluções para o problema do analfabetismo; iniciou-se o estudo dos problemas de educação e de ciências sociais; firmou-se a necessidade de estudos experimentais que oferecessem métodos de atuação pedagógica de rentabilidade assegurada, a fim de evitar novos fracassos. (INSTITUTO..., 2010)

A Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967 criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, cujo objetivo era erradicar o analfabetismo em um curto período de tempo. Quando de sua criação o MOBRAL era supervisionado por militares, que tinham

controle sobre o que seria ensinado. (BRASIL, LEI Nº 5.379 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967).

O ensino supletivo, implantado no Brasil em 1971, foi um marco de grande importância na história da educação de jovens e adultos no país.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (Vieira, 2004, p. 40).

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 criou a possibilidade de organização do ensino em diferentes modalidades como cursos supletivos, centros de ensino a distância, e outras.

1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva. (BRASIL, LEI 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971).

A Constituição Federal de 1988 garantiu mais amplamente o direito de jovens e adultos a educação básica. A partir desse ano, a educação passa a ser conceituada como:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

O Artigo 207, parágrafo I enfatiza a obrigatoriedade da educação básica e do direito de acesso a educação, mesmo não sendo em idade própria.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Em 1990 o MEC desenvolveu o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), visando envolver a sociedade em projetos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. (EDUCAÇÃO..., 2010)

Apesar dos diversos programas educacionais criados pelo poder público, a educação de jovens e adultos passou a receber maior importância no Brasil após o ano de

2000, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a requerer dos países que possibilitem o acesso à educações de modo mais amplo e qualificado.

De acordo com Wagner e Kozma (2005) em Janeiro de 2002, dentro do contexto de educação para todos e objetivos para desenvolvimento do milênio, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou os anos de 2003 a 2012 como a Década do Letramento das Nações Unidas.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, foram oferecidas 4,6 milhões de vagas para educação de Jovens e Adultos em 2009, em todas as regiões brasileiras.

Educar jovens e adultos é permitir que tenham melhores perspectivas de futuro, além de garantir que estes jovens terão condições de educar seus filhos, por reconhecerem a importância da educação.

Deixar de lado a educação de adultos é ignorar mais uma vez o ponto de vista da demanda educativa, a importância da família como suporte fundamental para o bem estar e a aprendizagem infantil, e, em última instância, como fator relevante nas condições de aprendizagem no meio escolar. Educar os adultos-pais e mães de família e os adultos-comunidade é indispensável para o alcance da própria Educação Básica para Todas as Crianças, e educar os adultos-professores é condição *sine qua nom* para expandir e melhorar as condições de ensino. (TORRES, 1999, p. 20).

A aprendizagem, acompanhada de cultura, precisa ser vista como uma prática cotidiana, necessária para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e do país como um todo. Oferecer educação e garantir o acesso à ela não pode ser visto como uma qualidade especial de um governo, mas como uma obrigação do mesmo.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA

De acordo com o Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC de 08 de abril de 2009 do Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia – SETEC e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, fica instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada

integrada com o ensino fundamental, doravante chamado de PROEJA FIC. (OFÍCIO, 2009, p. 04).

O MEC (2011) estabelece que o PROEJA tem o intuito de contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental, sendo que apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

“A ideia de que é a educação ou a formação profissional que capacita a geração de empregos e que o que existe não é a falta de emprego, mas a falta de pessoas empregáveis.” (FRIGOTTO, 2003, p. 11).

De posse desses dados e considerando a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino para jovens e adultos, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, substituído posteriormente pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que estabelece novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA. (MEC, 2011).

Nesse sentido, o PROEJA tem como principal perspectiva, a proposta de integração da educação profissional à educação básica, superando a dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

O ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (FRIGOTTO, 2005, p. 35-36).

Considerando o intuito de integrar essas duas faces da educação, para que se complementem ao invés de dividirem-se, Kuenzer defende uma escola média que:

Poderá trabalhar com conteúdos diferentes para alunos cujas relações com o trabalho, com a ciência e com a cultura ocorrem diferentemente, desde que sua finalidade, articulada à de um projeto político e econômico mais amplo, seja fazer emergir, em todos os alunos, no dizer de Gramsci, o verdadeiro dirigente, porquanto nem só especialista e nem só político, mas expressão de um novo equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente, tendo em vista a construção de relações justas e igualitárias. (KUENZER, 2000, p. 30).

Essa nova visão gera a necessidade de construção de respostas para desafios como o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infra-estrutura para oferta dos cursos dentre outros. (MEC, 2011).

De acordo com o Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006, os Documentos Base do PROEJA e a partir da construção do projeto pedagógico integrado, os cursos Proeja podem ser oferecidos das seguintes formas:

- 1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. (MEC, 2011, p. 01).

Na direção de contribuir para a implantação de novos cursos e a melhoria das condições de oferta dos que se encontram em andamento, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/Mec) desenvolve ações de melhoria e desenvolvimento para o PROEJA-FIC. (MEC, 2011).

2.4 HISTÓRIA DA ESCRITA

Para compreender os processos de alfabetização e letramento, faz-se necessário primeiramente conhecer o surgimento e evolução da escrita, principal ferramenta em qualquer processo educacional, seja ele para alfabetização, letramento ou, preferencialmente, ambos.

A escrita é uma prática antiga, que remete ainda aos tempos das cavernas. Para poder registrar os acontecimentos mais relevantes e permitir que outras gerações tivessem conhecimento sobre os mesmos, o homem buscou uma maneira de perpetuar os acontecimentos na história, criando assim a escrita.

A escrita é, portanto, uma invenção decisiva para a história da humanidade. Ela é a representação do pensamento e da linguagem humana por meio de símbolos. Um meio durável e privilegiado de comunicação entre as pessoas. Por meio de registros escritos há milhares de anos, ficamos sabendo como era a vida e a organização social de povos que viveram muito antes de nós. A invenção não surgiu por acaso, mas como consequência das mudanças profundas nas sociedades durante o período do surgimento das primeiras cidades. (COLONESE, 2010).

De acordo com Pereira e Torres (1998), o homem primitivo, devido a causas externas advindas do meio ambiente, como o frio intenso, passava grande parte do tempo dentro das cavernas, onde começou a fazer seus primeiros desenhos nas paredes, representando o cotidiano.

“Aproximadamente ao ano 4.000 a.C. na Mesopotâmia, surge o primeiro alfabeto a que temos conhecimento; através de desenhos simplificados ‘pictogramas’ expressavam suas realidades”. (CARABAJAL, 2010).

Esses desenhos foram os primeiros passos para o surgimento da escrita, que evoluiu conforme a evolução do próprio homem.

O último grande passo para a invenção do alfabeto ocorreu em torno do ano 1.000 a.C., quando os antigos gregos tomaram o sistema de escrita silábica dos fenícios, adaptando-o pelo uso de um caractere escrito individual para cada som de consoante e vogal da língua grega. Todos os alfabetos modernos descendem da versão grega (a língua inglesa – e a portuguesa – vêm do grego, através do alfabeto romano). A necessidade do homem em identificar um som com uma letra, facilitando dessa forma sua comunicação através da escrita também é considerada uma mola propulsora para a origem do alfabeto, dessa forma um símbolo (uma letra), representaria um som e não seria mais necessário se utilizar vários desenhos para expressar um pensamento. (LEITE, 2004).

Após o surgimento dos pictogramas, o homem passa a buscar uma maneira de representar suas idéias não com desenhos indicando coisas, mas com um símbolos que representem os sons, permitindo formar palavras.

O alfabeto é uma tentativa de desenhar o som da língua. Ele é resultado da decomposição do som das palavras em sílabas ou em fonemas - o som das letras. Cada letra representa um fonema ou mais de um (o C, por exemplo, pode ter som de k – como em casa - ou de s como na palavra cidade, por exemplo). (COLONESE, 2010).

Segundo Vigotsky (1984) a escrita é vista por alguns como uma habilidade motora, ao invés de ser vista como um sistema de símbolos e signos, cuja dominação prenuncia um ponto crítico no desenvolvimento cultural da criança. Em outras palavras, a escrita por si só não caracteriza uma habilidade diferenciada, é apenas fruto do correto ensinamento e da repetição dos símbolos e signos apresentados.

A escrita também exige uma ação analítica deliberada por parte da criança. Na fala a criança mal tem consciência dos sons que emite e está bastante inconsciente das operações mentais que executa. Na escrita ela tem que tomar conhecimento da estrutura sonora de cada palavra, dissecá-la e reproduzi-la em símbolos alfabéticos, que devem ser estudados e memorizados antes. Da mesma forma deliberada tem que pôr as palavras em uma certa seqüência, para que possa formar uma frase. (VIGOTSKY, 1993, p. 85).

Com o surgimento da escrita o homem tornou-se capaz de transmitir informações, sem a perda de sentido do que estava sendo comunicado e sem o risco do não entendimento por outras gerações.

Contudo, o surgimento da escrita trouxe consigo a necessidade de possibilitar ao homem compreender, interpretar e utilizar a mesma, ou seja, surge a necessidade de alfabetização do ser humano, como uma ferramenta para a perpetuação de informações e conhecimentos.

Sendo assim, com a escrita surgiram também os analfabetos, indivíduos que não tiveram acesso ao processo de alfabetização, não sendo capacitados a ler e escrever.

2.4.1 O analfabetismo no Brasil

Quando se aborda o analfabetismo no Brasil é necessário considerar que este não é um fato recente, e sim, um problema que existe há muitos anos.

O analfabeto, apesar de ser cidadão como todos os outros brasileiros, é tratado de modo desigual, tem poucas oportunidades e acaba sendo afastado, seja do mercado de trabalho, seja do convívio social. (RODRIGUES, 1965).

Sabe-se que cerca de 70% dos brasileiros são analfabetos [...] Ser analfabeto, entretanto, não significa ser incapaz. O discernimento não está subordinado à circunstância de saber ler e escrever [...] O analfabeto é um cidadão brasileiro para todos os efeitos. Paga impostos, é convocado para o serviço militar, é chefe de família, pertence a partidos políticos, integra associações de classe, participa de campanhas eleitorais, é proprietário, é agricultor, é industrial. Mas há uma discriminação injusta: não pode ser eleitor [...] O analfabeto tem os ônus da cidadania. Não pode ter, todavia, uma de suas prerrogativas ou faculdades essenciais, o que, mais do que injusto, é iníquo e odioso. (FALCÃO apud RODRIGUES, 1965, p. 6-7).

Segundo Almeida (2000, p. 37) ainda no Brasil Colônia “havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler” e, segundo o autor, no Império passa a ser permitido ao cidadão analfabeto votar, desde que possuísse bens e títulos.

Como causa do fenômeno, o autor cita um fato que, mesmo após tantos anos, ainda é uma realidade no país, os baixos salários dos professores, fato que impedia a contratação de pessoal qualificado.

Como consequência, ocorria o “afastamento natural das pessoas inteligentes de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública a consideração a que tem direito”. (ALMEIDA, 2000, p. 65).

Segundo o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Brasil possui cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais. (MAPA..., 2003).

Para a Unesco, “o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação para Todos até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas”. (EDUCAÇÃO..., 2010)

O conceito de analfabeto passou por mudanças nos últimos anos, conforme afirma Fonseca (2010):

O conceito de analfabetismo tem sido tema de sérias discussões nos últimos anos. No final da década de 1950 a Unesco definia como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever algo simples, relacionado à sua vida diária. No entanto, a partir de fins dos anos 1970 a organização passou a adotar o conceito de analfabetismo funcional para designar aqueles casos em que o indivíduo, mesmo conseguindo ler pequenas frases, não possuía as habilidades necessárias para satisfazer as demandas de seu crescimento pessoal e profissional. Isso foi um reconhecimento de que a alfabetização não é um mero acessório da vida em sociedade, mas um instrumento de integração econômica e social.

Nesse sentido, Freire (2001, p.15) refere-se a visão de analfabetismo como:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma ‘erva daninha’ – daí a expressão corrente: ‘erradicação do analfabetismo’ –, ora como uma ‘enfermidade’ que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma ‘chaga’ deprimente a ser ‘curada’ e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de ‘civilização’ de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua ‘pouca inteligência’, de sua ‘proverbial preguiça’.

O cidadão analfabeto tem reduzidas suas chances de acesso aos melhores cargos e maiores salários no mercado de trabalho, além de apresentar mais dificuldades para manter e

sustentar sua família. Analfabetismo e renda estão ligados, já que os melhores postos de trabalho são ocupados por profissionais com maior grau de ensino e qualificação.

Fazendo uma relação entre analfabetismo e renda familiar, vemos que as famílias que recebem até 1 salário mínimo têm grau de escolaridade de 2 a 3 anos (média dos filhos); as famílias que recebem dois salários mínimos têm média de escolaridade de 5 anos, demonstrando que existe uma relação direta entre renda familiar e escolaridade das crianças[...]. (DOTI apud FREIRE, 1992, p. 23).

O Instituto Paulo Montenegro – IPM (2009) em conjunto com o IBOPE, caracteriza os graus de alfabetização como:

Analfabetismo - Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.).

Alfabetismo rudimentar - Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

Alfabetismo básico - As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma seqüência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.

Alfabetismo pleno - Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada: lêem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada mapas e gráficos. (ALFABETISMO..., 2010).

Inaf / BRASIL - Evolução do Indicador de Alfabetismo População de 15 a 64 anos (%)						
	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009
Analfabeto	12	13	12	11	9	7
Rudimentar	27	26	26	26	25	21
Básico	34	36	37	38	38	47
Pleno	26	25	25	26	28	25

Ilustração 1: Evolução do Indicador de alfabetismo
Fonte: Instituto Paulo Montenegro/IBOPE

Apesar de ter condições favoráveis, como economia estável e profissionais qualificados, ainda há muito a fazer para que o Brasil possa reduzir efetivamente a taxa de analfabetos.

2.4.2 Analfabetismo no estado de Santa Catarina

O analfabetismo é um problema que atinge todo país, porém, de modo diferente em cada região. São muitas as variáveis que interferem no número de analfabetos em cada região ou estado, como a cultura regional, a facilidade de acesso à educação, o nível de investimentos do governo para educação e cultura da população, entre outros.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina, no ano de 2007 o estado tinha 16 cidades livres de analfabetismo, restando menos de 4% da população que ainda não era alfabetizada. (AGUIAR, 2007).

As cidades de Santa Catarina livres do analfabetismo em 2007, com atuação direta do Estado através de ações voltadas à educação de jovens e adultos são:

- 1)- São João do Oeste - Telessala. Ensino Modularizado no NAES de Itapiranga.
- 2)- Pomerode - NAES e Unidade Descentralizada do Ceja de Blumenau.
- 3)- Timbó - Unidade Descentralizada do Ceja de Blumenau.
- 4)- Jaraguá do Sul - Ceja e Programa Santa Catarina Alfabetizada.
- 5)- Blumenau - Ceja e atendimento nas empresas.
- 6)- Balneário Camboriú - Unidade Descentralizada do Ceja de Itajaí.
- 7)- Tunápolis - Programa Santa Catarina Alfabetizada.
- 8)- São Bento do Sul - Ceja e Programa Santa Catarina Alfabetizada.
- 9)- Joinville - Ceja, atendimento nas empresas e Santa Catarina Alfabetizada.
- 10)- Indaial - NAES e Unidade Descentralizada.
- 11)- Florianópolis - Ceja e Programa Santa Catarina Alfabetizada.
- 12)- Schroeder - NAES e Unidade Descentralizada.
- 13)- Gaspar - NAES e Unidade Descentralizada.
- 14)- Rio dos Cedros - Unidade Descentralizada.
- 15)- Brusque - Ceja e Programa Santa Catarina Alfabetizada.
- 16)- Luzerna - Brasil Alfabetizado e Séries Iniciais - Atendidos no Ceja de Joaçaba. (AGUIAR, 2007)

O programa Santa Catarina Alfabetizada tem uma participação importante na melhoria dos indicadores educacionais no estado. O Programa foi criado com o intuito de erradicar o analfabetismo no Estado e facilitar a continuidade do processo de educação de

jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não tiveram acesso ou não puderam permanecer na Educação Básica. Segundo a Secretaria de Educação:

“O Estado de Santa Catarina tem se destacado no cenário nacional pela execução do Programa Santa Catarina Alfabetizada, tendo recebido importantes reconhecimentos, como a medalha Paulo Freire, no ano de 2006, como sendo o melhor projeto de alfabetização do Brasil”. (SANTA..., 2010).

O estado de Santa Catarina conta com 293 municípios no total, levando assim a um percentual de 5,46% dos municípios livres de analfabetismo. É certo que isso representa o envolvimento e o trabalho do estado no sentido de erradicar o analfabetismo, todavia, é preciso destacar que mais de 90% das cidades de Santa Catarina ainda apresentam algum índice de analfabetismo, fator que demanda atenção e ações dos governantes voltadas para a eliminação de tais índices.

Analisando-se as informações acima, oferecidas pela Secretaria de Educação, percebe-se a importante participação dos programas de educação de jovens e adultos – EJA, como ferramenta para propiciar a erradicação do analfabetismo no estado de Santa Catarina.

2.4.3 Analfabetismo funcional

Analfabeto funcional é o indivíduo que, apesar de ter sido alfabetizado e conhecer letras, sons e grafias, apresenta dificuldades em ler e interpretar textos mais completos do que um simples bilhete.

A questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que ainda persiste nos países mais pobres e também no Brasil, emerge a preocupação com o alfabetismo, ou seja, com as capacidades e usos efetivos da leitura e escrita nas diferentes esferas da vida social. (RIBEIRO, 2006, p. 01).

Para a UNESCO, analfabeto funcional é toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, ler e escrever frases simples, efetuar cálculos básicos, no entanto, é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. (EDUCAÇÃO..., 2010)

Termo que se refere ao tipo de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair sentido das palavras nem colocar idéias no papel por meio do sistema de escrita, como acontece com quem realmente foi alfabetizado. No Brasil, o analfabetismo funcional é atribuído às pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal. Mas a noção de analfabetismo funcional varia de acordo com o país. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerado analfabeto funcional todo adulto com menos de oito anos de escolaridade.

O conceito de analfabetismo funcional foi criado na década de 30, nos Estados Unidos, e posteriormente passou a ser utilizado pela UNESCO para se referir às pessoas que, apesar de saberem ler e escrever formalmente, por exemplo, não conseguem compor e redigir corretamente uma pequena carta solicitando um emprego. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais. Na declaração, o analfabetismo funcional é considerado um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento. Mais de um terço da população adulta brasileira é considerada analfabeta funcional. (MENEZES, 2002, p. 01)

Segundo Vier (2010) o analfabetismo funcional é uma realidade presente em todos estados brasileiros. Visando reduzir a incidência desse tipo de analfabetismo, uma das ações do MEC foi criar a Prova Brasil, em 2005, para aprimorar a identificação de falhas no ensino.

Os números do analfabetismo funcional no Brasil, demonstram que este fato ocorre com muita frequência entre jovens e adultos. Silva (2009) afirma que:

Essa triste condição é parte da vida de 15% da população brasileira com idade entre 15 e 24 anos que é considerada analfabeta funcional, segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) [...]. Desses jovens, 2% são analfabetos absolutos (não sabem ler e escrever, embora alguns consigam ler números familiares) e 13% são alfabetizados de nível rudimentar (leem textos curtos, como cartas, e lidam com números em operações simples, como o manuseio de dinheiro). (SILVA, 2009, p. 01).

As habilidades de leitura, escrita e compreensão são avaliadas pelo IBGE há 10 anos, e os índices têm apresentados melhoras, porém, em um ritmo bastante lento.

Faz quase uma década que as habilidades para ler, escrever e fazer cálculos são avaliadas no Brasil e o analfabetismo funcional persiste entre os mais jovens. Ele já foi 22% (2001). Hoje, ainda soma 15% (2009). A julgar pelo ritmo, a batalha para erradicá-lo será longa. (SILVA, 2009, p. 01).

Pode-se dizer, então, que analfabeto funcional é o indivíduo que não consegue extrair o sentido do texto lido, escrever um texto coeso e coerente ou realizar operações matemáticas mais elaboradas, que exijam maior raciocínio e lógica.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. (FREIRE, 1987, p. 78).

De acordo com o Instituto Paulo Montenegro em parceria com o IBOPE, a menor taxa de analfabetismo funcional em 2009 encontrava-se na região sudeste, seguida pela região sul. As regiões norte e centro-oeste concentram as maiores taxas de analfabetismo funcional do Brasil.

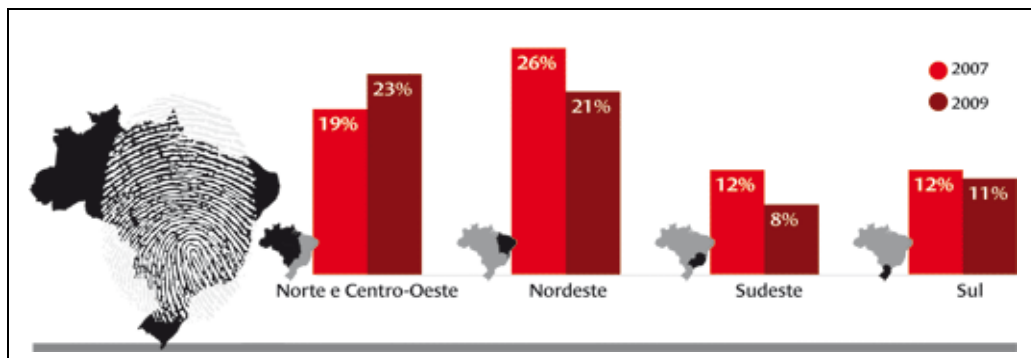


Ilustração 2: Analfabetos funcionais por região
Fonte: Instituto Paulo Montenegro/IBOPE

Para Ribeiro (2006), o analfabetismo funcional é uma realidade preocupante, que só poderá ser mudada com ações voltadas não só para ensinar a ler e escrever, mas, principalmente, voltadas para a formação do indivíduo como ser crítico e atuante socialmente.

Os dados sobre o alfabetismo funcional confirmam que a educação básica é o pilar fundamental para promover a leitura, o acesso à informação, a cultura e a aprendizagem ao longo de toda a vida. Assim, para que tenhamos um Brasil com níveis satisfatórios de participação social e competitividade no mundo globalizado, um primeiro compromisso a ser reafirmado é com a extensão do ensino fundamental de pelo menos oito anos a todos os brasileiros, independentemente da faixa etária, com oferta flexível e diversificada aos jovens e adultos que não puderam realizá-lo na idade adequada. (RIBEIRO, 2006, p. 02).

O analfabetismo funcional limita o cidadão, impõe barreiras para seu desenvolvimento e sua evolução e, conseqüentemente, limita a sociedade como um todo, já que seus integrantes não são capazes de compreender as opiniões alheias ou de formar suas próprias.

2.4.4 Letramento: conceito e evolução

Segundo Soares (1998) em meados de 1980 inicia no Brasil o uso da palavra letramento como um conceito de ensino mais aprofundado e qualificado.

Para a autora, a denominação é a versão, em português, da palavra inglesa “*literacy*”, utilizada para indicar uma pessoa educada, especialmente capaz de ler e escrever. (SOARES, 1998).

No mesmo período a França adota o termo *illettrisme* e Portugal o termo *literacia*, com o intuito de nomear ações com vieses diferentes daquelas que buscavam basicamente a alfabetização do indivíduo. (SOARES, 1998).

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora já constasse do dicionário desde o final do século XIX, foi também nos anos 80 que a palavra *Literacy* passou a ter um significado menos voltado à ação de ler e escrever. (HAMZE, 2010).

“No meio educacional brasileiro, letramento é o termo que vem sendo usado para designar esse conceito de alfabetismo, que corresponde ao *literacy*, do inglês, ou ao *littératie*, do francês, ou ainda ao *literacia*, em Portugal.” (RIBEIRO, 2006, p. 01).

Existe uma determinada dificuldade no estudo do processo de letramento, relacionada ao conceito do termo. O letramento já foi descrito como a capacidade de ler e escrever, porém, recentemente, autores como Soares (1998) e Kleiman (1995) descreveram o termo letramento como um processo mais amplo, mais complexo.

É de suma importância que exista uma diferenciação clara entre os termos letramento e alfabetização.

O ato de alfabetizar significa ensinar uma criança, jovem ou adulto a ler e escrever, de modo que possa adquirir conhecimentos e ter as mesmas oportunidades e perspectivas dos demais cidadãos.

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (SOARES, apud RIBEIRO, 2003, p. 91).

Já o processo de letramento abrange conceitos mais amplos, onde a ação de ler ou escrever não é suficiente. Letrar significa oferecer cultura e conhecimentos, para que além de

ler e escrever, o educando desenvolva a capacidade de interpretar e entender as informações recebidas.

No Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam e se confundem. A discussão do letramento surge sempre envolvida no conceito de alfabetização, o que tem levado, a uma inadequada e imprópria síntese dos dois procedimentos, com prevalência do conceito de letramento sobre o de alfabetização. Não podemos separar os dois processos, pois a princípio o estudo do aluno no universo da escrita se dá concomitantemente por meio desses dois processos: a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, o letramento. (HAMZE, 2010).

Neste sentido Tfouni (1995, p.20) afirma que:

“Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade”.

Contudo, é importante que os processos de alfabetização e letramento ocorram simultaneamente, para que tenham resultados eficientes e duradouros.

Há algum tempo, descobriram no Brasil que se poderia usar a expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica. (FERREIRO, 2003, p. 30)

Analisando-se os dois termos sob o prisma da autora, percebe-se a necessidade de evitar uma dissociação entre ambos, já que ler e escrever sem compreender o sentido das palavras não é útil ao educando, contudo, não se pode interpretar nada que não seja possível ler.

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando, é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim o educando deve ser alfabetizado e letrado. A linguagem é um fenômeno social, estruturada de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. A palavra letramento é utilizada no processo de inserção numa cultura letrada. (HAMZE, 2010).

Freire (1987) afirma que educar ou letrar é oferecer um desafio ao educando, é demonstrar que aprender a ler e escrever não é o suficiente, sendo necessário mais que isso para que a educação torne-se completa e efetiva. O educando precisa perceber a si mesmo como parte integrante do ambiente onde vive e, por isso, responsável por sua melhoria e desenvolvimento.

“Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo”. (FREIRE, 1987, p. 70).

“Para formar cidadãos atuantes e interacionistas, é preciso conhecer a importância da informação sobre letramento e não de alfabetização. Letrar significa colocar a criança no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos de escrita na sociedade”. (HAMZE, 2010).

Pode-se afirmar, então, que os processos de alfabetização e de letramento precisam ocorrer de modo conjunto, já que não é possível letrar um cidadão que não saiba ler e escrever, porém, é necessário que cidadão com habilidade de leitura e escrita tornem-se letrados para melhorar seu desenvolvimento e desempenho profissional, pessoal e social.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 UNIDADE DE ANÁLISE

A pesquisa aplicada para o desenvolvimento do presente trabalho ocorreu no IFSC – Araranguá, situado na Avenida XV de Novembro, S/N, bairro Cidade Alta do município de Araranguá, sul de Santa Catarina.

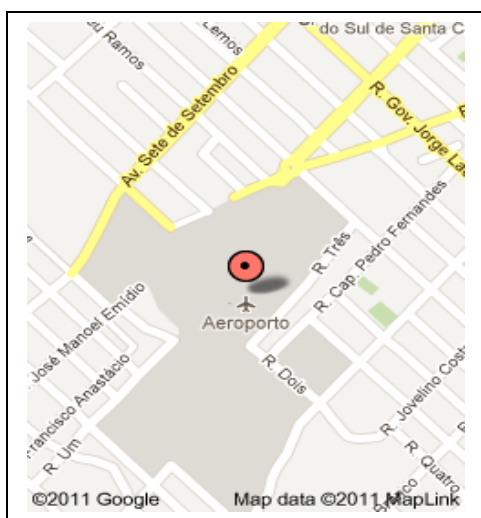


Figura 03 – Mapa de Localização IFSC – Araranguá
Fonte: Google maps

A população estimada, em 2006, era de 62.440 habitantes, sendo o município situado a 210 Km de Florianópolis e 31 Km de Criciúma.



Figura 04 – IFSC – Araranguá

Fonte: IFSC

3.2 NATUREZA DA PESQUISA

Pesquisar é buscar informações referentes a um determinado assunto, de modo a poder organizá-las e interpreta-las, otimizando assim o nível de conhecimento obtido através do processo de pesquisa. A pesquisa científica visa contribuir para o desenvolvimento e melhoria do conhecimento humano e deve ser planejada e executada seguindo normas e critérios.

Para Gil (2007, p.17) a pesquisa pode ser definida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema [...]”.

A pesquisa pode ser descrita também como um “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. (ANDRADE, 2003, p. 121).

Além disso, a pesquisa pode ser vista ainda como uma atividade “voltada para a solução de problemas através do emprego de processos científicos”. (CERVO e BERVIAN, 1983, p. 50).

A diferença entre os trabalhos dos cientistas e o dos estudantes universitários não deveria residir no método, mas nos propósitos. Os cientistas já estão trabalhando com o intuito de promover o avanço da ciência para a Humanidade; os estudantes ainda estão trabalhando para o crescimento de sua ciência. Ambos, porém, devem trabalhar cientificamente. Os estudantes trabalham cientificamente quando realizam pesquisas dentro dos princípios estabelecidos pela metodologia científica, quando adquirem a capacidade não só de conhecer as conclusões que lhes foram transmitidas, mas se habilitam a reconstituir, a refazer as diversas etapas do caminho percorrido pelos cientistas (SANTOS, 1999, p. 47).

Através da pesquisa, o pesquisador desenvolve, amplia seus conhecimentos, esclarece suas dúvidas e forma sua opinião sobre o assunto pesquisado. Em outras palavras, a pesquisa é uma ferramenta importante e eficiente no processo de aquisição de conhecimentos.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para realizar e conduzir uma pesquisa bem sucedida é necessário escolher um método de coleta de dados adequado e compatível ao objetivo da pesquisa. Quando o objetivo é descrever uma idéia ou teoria já existente, ou ainda, melhorar a compreensão e visualização dessa idéia ou teoria, o método qualitativo pode ser empregado de modo a gerar melhores resultados.

Método qualitativo é aquele que busca obter informações mais aprofundadas, além de demonstrar diferentes formas de abordagem de um mesmo assunto. De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p.269) “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”.

Quando o intuito é a obtenção de dados numéricos que possam ser transformados em estatísticas ou gráficos, utiliza-se a pesquisa quantitativa.

Para Marconi E Lakatos (2007) a análise quantitativa utiliza toda informação numérica obtida na investigação e apresenta esta informação em forma de conjuntos, tabelas e medidas, além de gráficos.

Enquanto o método qualitativo é considerado mais completo, mais rico, por permitir diversas visualizações e abordagens de pesquisa sobre o mesmo objeto, o método quantitativo é considerado mais fechado e direto, por apresentar números, excluindo assim a possibilidade de interpretações variadas (MARCONI E LAKATOS, 2007).

O presente trabalho é um estudo de caso exploratório, que utiliza o método quantitativo de coleta de dados. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo que, após realizada, foi interpretada e transformada em gráficos, possibilitando assim uma melhor visualização das informações obtidas.

3.4 PESQUISA DE CAMPO

No mês de junho de 2011 procedeu-se da aplicação de questionários com 08 (oito) alunos participantes do PROEJA – FIC do IFSC de Araranguá, Identificar o perfil dos indivíduos que buscam o desenvolvimento e a evolução dos processos de alfabetização e letramento no PROEJA – FIC, destacar as diferenças entre o processo de alfabetização e de letramento dos indivíduos, descrever as leis federais que garantem ensino e educação de qualidade para todos, bem como demonstrar as possíveis mudanças na educação de jovens e adultos trazidas pelo PROEJA – FIC.

Para tanto, foi solicitado aos alunos que fizessem a leitura de um bilhete escrito por uma professora aos pais de um aluno, sugerindo cuidados para evitar que a família fosse acometida pela mesma virose da criança. Após a leitura do texto, realizada com o objetivo de identificar o grau de letramento dos alunos através da fluência, dicção, pontuação e interpretação, procedeu-se de análise dos indicadores citados, bem como o tempo cronometrado durante a tarefa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação dos questionários, sem a obrigatoriedade dos indivíduos de informar seus nomes, as informações obtidas foram analisadas e comparadas à base teórica do presente trabalho. Além disso, quando possível, as informações foram convertidas em gráficos, para facilitar a visualização dos resultados obtidos.

Quando da realização de questões abertas, não permitindo a construção de gráficos, as respostas serão transcritas e os respondentes serão caracterizados como:

R1 – respondente 1;

R2 – respondente 2;

R3 – respondente 3;

R4 – respondente 4;

R5 – respondente 5;

R6 – respondente 6;

R7 – respondente 7; e

R8 – respondente 8;

A primeira pergunta refere-se à idade atual dos entrevistados. Esta questão buscou identificar se os entrevistados são jovens ou de adultos, de modo a perceber qual o público mais comum deste tipo de educação.

Percebeu-se que os 08 (oito) entrevistados caracterizam-se como adultos, sendo que as idades variaram de 27 a 55 anos, conforme apresentado no Gráfico 01.

Ao perceber a diferença entre a faixa etária dos participantes, a pesquisa remete ao exposto por Arbache (2001), que afirma que “a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional”. (ARBACHE, 2001, p. 22).

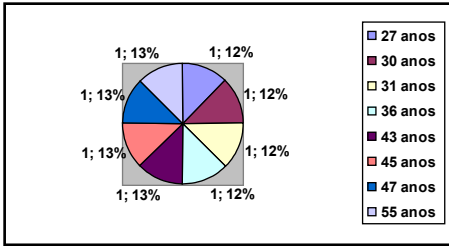


Gráfico 01: Idade dos entrevistados
 Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

A segunda pergunta buscou identificar qual o motivo que levou os entrevistados a desistir do ensino regular. Os resultados demonstram que 62% dos participantes abandonaram o ensino regular movidos pela necessidade de trabalhar, 25% por falta de tempo para os estudos e 13% abandonaram os estudos por falta de motivação.

As respostas encontradas corroboram com os motivos de evasão escolar expostos por Ferreira (2011), Neri (2010) e pelo INEP (2007). Para Neri (2010) a falta de motivação pode ser decorrente do pouco ou nenhum incentivo recebido da família, que em geral apresenta níveis educacionais baixos.

Para Ferreira (2011) o fato de ter que trabalhar para auxiliar no sustento da família faz com que jovens e adolescentes tenham pouco tempo para os estudos, sintam-se mais cansados e propensos a desistência dos estudos.

Nenhum dos entrevistados afirmou a ocorrência de problemas com os professores ou qualquer outro tipo de problemas como causa para desistência do ensino regular.

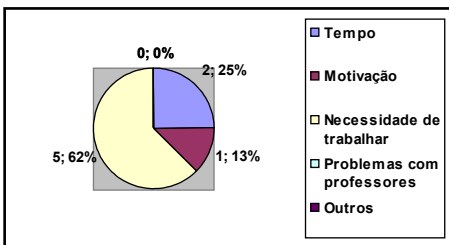


Gráfico 02: Motivo para desistência do ensino regular
 Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

Na terceira questão, os entrevistados foram questionados sobre os motivos para terem optado pelo PROEJA – FIC.

R1: “Pela oportunidade de regressar aos estudos”.

R2: “Optei por que queria voltar a estudar e pelo curso técnico”.

R3: “Pelo curso profissionalizante”.

R4: “Por ser uma oportunidade de aprender”.

R5: “Por causa do curso técnico”.

R6: “Para terminar o ensino médio e ter um curso de eletricista reconhecido”.

R7: “Ensino gratuito e uma qualificação profissional”.

R8: “Para adquirir mais habilidades profissionalmente”.

Percebe-se que a motivação profissional, voltada não só para o aprendizado geral, mas para o aprendizado específico de uma profissão, é fator de grande motivação para que os indivíduos que se evadiram da escola no passado, voltem a buscar a sala de aula como opção de melhoria e desenvolvimento.

Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (FRIGOTTO, 2005, p. 35-36).

Na quarta questão os entrevistados foram questionados sobre que série estão cursando atualmente, as respostas foram 100% dos entrevistados cursando de 5º a 8º série do ensino fundamental. Nenhum entrevistado declarou cursar as séries iniciais no ensino fundamental ou ensino médio.

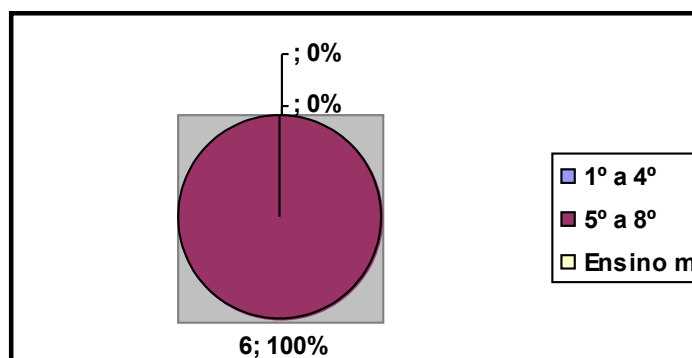


Gráfico 03: Série em curso atualmente
Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

Na quinta questão os entrevistados foram questionados sobre o tempo necessário para a conclusão do curso através do PROEJA – FIC. Percebeu-se que 87% dos entrevistados devem encerrar seu período de estudos em até dois anos, enquanto 13% dos entrevistados precisarão de um período de mais de 4 anos.

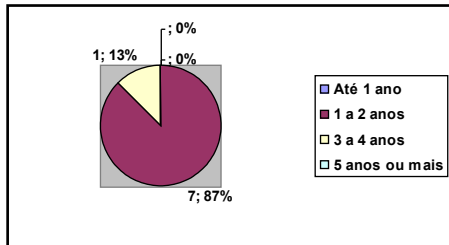


Gráfico 04: Tempo necessário para a conclusão do curso

Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

Na sexta questão, quanto a possíveis melhorias geradas pelo PROEJA – FIC sobre o desenvolvimento pessoal dos entrevistados, 100% dos participantes afirmaram a ocorrência de melhorias pessoais.

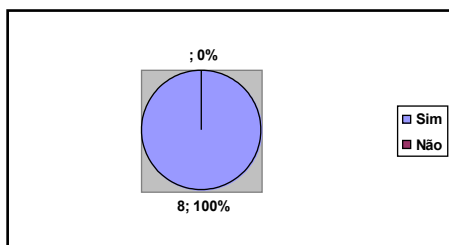


Gráfico 05: Melhorias no desenvolvimento pessoal trazidas pelo PROEJA - FIC

Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

A sétima questão busca identificar a ocorrência de melhorias profissionais trazidas pelo PROEJA – FIC. Os 8 participantes, 100% da amostra, relataram melhorias profissionais após o ingresso no PROEJA – FIC.

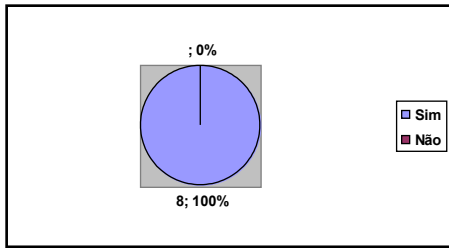


Gráfico 06: Melhorias no desenvolvimento profissional trazidas pelo PROEJA - FIC

Fonte: Realização do Acadêmico, 2011

Ao analisar as respostas obtidas nas questões 6 e 7, onde os entrevistados enfatizam a importância da educação em seu desenvolvimento, relembra-se o citado por Paiva (1973) “a educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente.” (PAIVA, 1973, p. 16).

Quanto à opinião de cada entrevistado sobre o principal benefício do PROEJA – FIC, as respostas foram:

R1: “Adquirir mais conhecimentos para beneficiar o profissional”.

R2: “Melhor grau de instrução e melhores condições financeiras”.

R3: “É um curso de qualificação e bem reconhecido no estado. É trazer pessoas que têm vontade de estudar, dando uma oportunidade novamente”.

R4: “Qualificação profissional”.

R5: “É uma oportunidade de estudar e também de fazer o curso técnico”.

R6: “Professores qualificados”.

R7: “Qualificação profissional”.

R8: “Uma nova oportunidade de completar meus estudos, por uma qualificação melhor”.

O fato das respostas demonstrarem o conhecimento de que é preciso buscar melhorar, aperfeiçoar-se e conseguir uma maior qualificação profissional, leva à percepção de que o exposto pelos entrevistados confirma a teoria de Vieira (2004, p. 86) que afirma que “isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde”. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Após responderem às questões propostas, os alunos foram solicitados, uma a um, para ler um pequeno texto, conforme o Apêndice 1, de modo a possibilitar a avaliação do grau de letramento, ou seja, compreensão do texto estudado, de cada participante.

Neste ponto, surgiu uma pequena dificuldade de avaliação dos entrevistados, que deslocavam-se individualmente para os fundos da sala de aula para realizar a atividade proposta. No entanto, o professor da turma continuou conduzindo sua aula. Este fator, aliado ao sentimento de avaliação demonstrado pelos alunos, pode ter levado à uma deficiência na habilidade dos entrevistados.

Acredita-se que se a atividade tivesse sido conduzida em outro ambiente, sem a necessidade dos alunos verem-se avaliados não só pelo entrevistador, mas pelos próprios colegas nas proximidades da sala, os resultados poderiam ter sido mais positivos.

O tempo de leitura de cada respondente foi:

R1: 21,63 s;

R2: 27,05s;

R3: 27,18s;

R4: 42,18s;

R5: 50,85 s;

R6: 26,63s;

R7: 23,63s; e

R8: 33,63 s.

O tempo foi cronometrado visando identificar dados como a fluência, dicção, interpretação das informações contidas na mensagem e qual o tempo gasto por cada alunos entrevistado para a realização de tais tarefas.

Com base no tempo de leitura apresentado, pode-se afirmar que existe uma grande diferença entre os respondentes no sentido de rapidez de leitura. No entanto, é necessário voltar a citar que a ansiedade, timidez e a proximidade do avaliador e dos colegas podem ter sido fatores prejudiciais para o desempenho dos entrevistados.

Todos os entrevistados conseguiram, após efetuar a leitura, descrever o texto como um bilhete enviado pela professora aos pais de um aluno sugerindo cuidados para evitar que a família fosse acometida pela mesma virose da criança.

Quanto ao número de erros e acertos, não houve nenhum erro que precise ser citado, sendo que quando algum entrevistado leu alguma palavra de modo incorreto, este foi capaz de corrigir-se logo na sequência.

As maiores dificuldades encontram-se, sem dúvidas, na falta de leitura relatada por 50% dos entrevistados, que afirmaram não ter o hábito de ler livros, revistas e jornais.

Após a aplicação dos questionários e da leitura do texto, foi possível perceber que o PROEJA – FIC auxilia no desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, que

entendem a importância de manterem-se atualizados em seus estudos para terem as mesmas possibilidades que os demais cidadãos.

5 SUGESTÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar é um processo que abrange muito mais do que ensinar a pessoa a ler e escrever. Educar refere-se a preparar a pessoa para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade.

Enquanto um indivíduo alfabetizado é capaz de ler ou escrever frases, o indivíduo letrado é capaz de interpretar textos, formar opinião, demonstrar senso crítico, fazer contas, enfim, o indivíduo letrado consegue fazer o que lhe é demandado e entende o que está fazendo.

No Brasil, o número de analfabetos e analfabetos funcionais ainda é consideravelmente alto, gerando uma necessidade de maior dedicação de governantes e sociedades no que se refere ao pleno desenvolvimento dessas pessoas.

Através do desenvolvimento do presente, foi possível perceber que o PROEJA-FIC trata-se de um projeto voltado à alfabetização e ao letramento de jovens e adultos que, por algum motivo, não puderam concluir seus estudos em turmas regulares de ensino.

Foi possível identificar que, apesar do alto índice de pessoas que ainda apresentam dificuldades em interpretar pequenos textos ou realizar contas, o país tem desenvolvido projetos e ações que visam reverter esse quadro e eliminar o analfabetismo, levando educação e conhecimento a todos os brasileiros, qualquer que seja sua idade.

Para o acadêmico, o desenvolvimento do presente trabalho permitiu conhecer e compreender a realidade de jovens e adultos que retornam aos estudos em turmas específicas para formação fora das turmas regulares de ensino. Como profissional, o estudo permitiu compreender o importante papel do educador como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional desses cidadãos que, sem educação, ficam excluídos do mercado de trabalho e do convívio social, em alguns casos.

Para a sociedade, o presente trabalho possibilitou uma visão mais aprofundada da realidade regional e nacional do analfabetismo e analfabetismo funcional.

O presente trabalho não teve a intenção de esgotar o assunto, considerando-se sua amplitude e abrangência. Todavia, forneceu base de conhecimentos para que o acadêmico planeje, no futuro, novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Suely de. **Santa Catarina tem 16 cidades livres de analfabetismo**. Publicado em 22 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/antigo/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=122> Acesso em 20 set. 2010.

ALFABETISMO funcional. **Boas notícias e um forte alerta são as principais revelações do Inaf 2009**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.03.00.00.00&ver=por&ver=por> Acesso em 10 out. 2010.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500-1889**. São Paulo: Ed. da PUC, Brasília: MEC-Inep, 2000.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2001.

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 13 set. 2010.

_____. **Constituição federal de 1934**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil.../constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em: 14 set. 2010.

_____. Lei nº 8.529 de 02 de Janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm>> Acesso em 14 set. 2010.

_____. Lei nº. 5.379 de 15 de Dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=92760>> Acesso em 14 set. 2010.

_____. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em 14 set. 2010.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 14 set. 2010.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Acesso em 14 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>

CARABAJAL, Mário. Presidente da Academia de Letras do Brasil. **Síntese histórica do surgimento e evolução da escrita**. Disponível em:

<<http://www.academialetrasbrasil.org.br/histescrita.htm>> Acesso em 13 set. 2010.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLONESE, Paulo Henrique. **O abecê da escrita**. Disponível em:

<<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=911&sid=7>> Acesso em 20 set. 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe**:

Trajetórias recentes. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 367-391, maio/ago, 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0638134.pdf>, acesso em 14 out. 2009.

EDUCAÇÃO de jovens e adultos. Disponível em: < <http://www.unesco.org>> Acesso em 13 set. 2010.

FONSECA, André Azevedo da. **Educação é prioridade absoluta**. Disponível em:

<<http://www.unesp.br/aci/debate/prioridade.php>> Acesso em: 13 set. 2010.

FREIRE, Madalena ET ALL. **Paixão de aprender**. Ester Pillar Grossi e Jussaram Bordin Org. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994

_____. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 10 ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAMZE, Amélia. **Alfabetização ou letramento?** Disponível em:

<<http://www.educador.brasilecola.com/trabalho-docente/alfabetizacao.htm>> Acesso em 10 out. 2010.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Campanha Nacional de Erradicação da Analfabetismo**. Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=38074&te2=38148&te3=38259&te4=38266&te5=148170>> Acesso em 14 set. 2010.

IRELAND, Timothy. A EJA tem agora objetivos maiores que a alfabetização. **Nova escola**. São Paulo. N. 223, 2009.

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

_____. “Programa de educação de jovens e adultos” In Educação e Pesquisa – **Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, v. 27, n.2, p.267 – 281.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio agora é para a vida**: entre o pretendido, o dito e o feito. Campinas: Educação e Sociedade, 2000.

LEITE, Eliane Pisani. **A origem da escrita**. Publicado em 23 set. 2004. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=238>> Acesso em 13 set. 2010.

MAPA do analfabetismo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>> Acesso em 13 set. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC – Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562> Acesso em 21 jun. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Analfabetismo funcional** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>> Acesso em: 01 out. 2010.

NERI, Marcelo. Org. **Motivos da evasão escolar**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>> Acesso em 14 jun. 2011.

NEVES. Fabrício Monteiro. **O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo**. 2003. 293 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

OFÍCIO MEC. **Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC**. 08 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.iiiep.org.br/ejafic/oficio_anexos.pdf> Acesso em 21 jun. 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PEREIRA, C. M.; MARQUES, V. P.; TORRES, E. F. **Dos tempos da caverna ao computador**. In: Revista Universidade e Sociedade, Ano 13, n. 17, jun. 1998 p. 28-30.
RIBEIRO, Vera Masagão (org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **asagão. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil.** Boletim INAF. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, jul.-ago. 2006.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração.** São Paulo: Atlas, 1996.

SANTA Catarina Alfabetizada. Publicado em 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/educadores/sc-alfabetizada>> Acesso em 21 set. 2010.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Michele. **Uma lenta caminhada para vencer o analfabetismo funcional.** In Revista Escola, edição 228, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/avaliacao/uma-lenta-caminhada-analfabetismo-funcional-alfabetismo-inaf-instituto-paulo-montenegro-leitura-escrita-518768.shtml>> Acesso em 15 set. 2010.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

_____. **Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, n. 0, 1995.**

SUZUKI, Juliana Telles Faria. **Tecnologias em educação: pedagogia/ Juliana Telles Faria Suzuki, Sandra Reis Rampazo.** São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização.** São Paulo, Cortez, 1995.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos.** Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VIER, Suzana. **Apesar de dificuldades, MEC vê avanços no combate ao analfabetismo funcional.** Publicado em 13 set. 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/educacao>> Acesso em 20 set. 2010.

VIGOTSKI, Lev S. **Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WAGNER, Daniel. KOZMA, Robert. **New technologies for literacy and adult education.** Novas tecnologias para letramento e educação de adultos. Publicado em 01 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.literacy.org/publications/new-technologies-literacy-and-adult-education>> Acesso em: 14 set. 2010. (Tradução nossa)

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – PESQUISA COM JOVENS E ADULTOS – PROEJA – FIC (IFSC – ARARANGUÁ).

1 - Idade:

2 - Motivo que levou a desistir do ensino regular:

Tempo para os estudos () Motivação () Necessidade de trabalhar () Por problemas com professores () Outros ()

3 – Por que optou pelo PROEJA FIC?

4 - Série que está cursando:

1º a 4º () 5 a 8ª () Ensino Médio ()

5 - Tempo para conclusão do curso:

Até 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 anos ou mais ()

6 - O PROEJA – FIC está trazendo melhorias para seu desenvolvimento pessoal?

Sim () Não ()

7 - O PROEJA – FIC está trazendo melhorias para seu desenvolvimento Profissional:?

Sim () Não ()

8 - Em sua opinião, qual o principal benefício O PROEJA – FIC?

9 – Parâmetros de avaliação do nível de letramento:

Leitura: Bom dia Maria. Por gentileza abra todas as janelas para arejar sua casa e evitar que sua família pegue a virose que acometeu seu filho. Lembrem-se de lavar bem as mãos antes das refeições e evitar utilizar os mesmos pratos, talheres e toalhas do Ricardo. Com essas medidas vocês todos estarão mais seguros. Grata. Professora Ana Paula Conti Ribeiro.

Tempo de leitura:

Modo de leitura:

Compreensão do texto:

Número de acertos:

Número de erros:

10 – Onde estão as maiores dificuldades? Por quê?